

# Cinco anos para Sarney dificultam diretas no DF

Fotos: Josemar Gonçalves

ELEIÇÃO

Malu Pires

A aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney na Constituinte dificultará a realização de eleições diretas para governador do DF este ano. A avaliação é de parlamentares do Centro — grupo formado por constituintes moderados e de direita — e da esquerda. Eles afirmam que os quatro anos de mandato para o Presidente facilitaria a aprovação do pleito em Brasília.

Na opinião dos parlamentares, com a instituição dos quatro anos de mandato para José Sarney e, conseqüentemente, a realização de eleições presidenciais este ano, o plenário do Congresso, para evitar que o futuro Presidente eleito nomeasse um governador aprovaria eleição para governador do DF em novembro. Instituído os cinco anos, no entanto, o Presidente continuaria a governar por mais um ano e não abriria mão da nomeação do governador de Brasília.

O complicador deste contexto é o fato de que, extra-oficialmente, o Palácio do Planalto já se declarou contra a realização do pleito no DF este ano a autonomia política para Brasília. Segundo os constituintes, o grupo que apóia o Planalto no Congresso estava enfraquecido durante as votações na Comissão de Sistematização da Constituinte, razão pela qual consta do anteprojeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), a autonomia política para Brasília e as eleições no DF este ano.

Este quadro, entretanto, avaliam os parlamentares, ficou diferente com as votações em

plenário, onde o grupo do Planalto vem acumulando vitórias, como a instituição dos cinco anos de mandato para os sucessores do presidente José Sarney, a rejeição da reforma agrária da Sistematização e o adiamento da votação do pacote econômico do Governo que congelou a URJ do funcionalismo. A aprovação do mandato de cinco anos para José Sarney — proposta que é defendida pelo Planalto, e, portanto, pelo grupo que o apóia — traria como resultado, acreditam os constituintes, um espírito conservador à Constituinte, que rejeitaria a emenda que prevê eleições diretas para governador do DF este ano.

A argumentação do Planalto para a rejeição do pleito — com a aprovação dos cinco anos para José Sarney — está no fato de que o Presidente perderia sua influência sobre o DF e ainda teria de conviver "em seu quintal" com um opositorista. Isso porque, o Planalto acredita que, com a instituição do pleito este ano, as chances da esquerda eleger o governador de Brasília são grandes, já que o PMDB se encontra em crise e o candidato do PFL, deputado Valmir Campelo, o maior cacife eleitoral conservador (46.189 votos em 1986) não disputará o pleito.

O pensamento do Planalto é de que, neste quadro, poderia ocorrer uma coligação das esquerdas à disputa do Governo do DF, saindo candidato favorito no segundo turno do pleito, o professor Lauro Campos do PT. O PT no "quintal" de um Presidente que foi eleito por colégio eleitoral do Congresso é uma situação considerada inadmissível pelo Planalto.

## Eleição pode reduzir receita

As transferências de verbas da União para suplementar o orçamento do DF chegaram no mês de abril deste ano a uma cifra de Cz\$ 38,4 bilhões. Esta é a razão pela qual o deputado Francisco Carneiro (PMDB) — apesar de votar pela aprovação das eleições diretas em Brasília este ano — acredita que a realização do pleito poderá inviabilizar financeiramente a administração de Brasília.

Segundo o parlamentar, "sem autonomia financeira não há autonomia política", e é "inegável" a ascensão da União sobre a economia do DF e o fato de que as transferências de verbas da União para Brasília dependem de negociação com o Presidente da República. E, sendo assim, a autonomia política de Brasília pode ser prejudicada pela dependência financeira.

Na opinião do deputado, para

que este quadro se reverta será necessário, no mínimo um ano, período em que a Lei Ordinária que regulamentará a reforma tributária será elaborada e efetivada, assim como a Lei Complementar que determinará no Orçamento da União a dotação para as transferências a Brasília. Só com a implantação destas medidas, afirma o parlamentar, é que Brasília poderá ter autonomia financeira e política.

Isso porque, ressalta, com a reforma tributária o DF poderá contar em seu orçamento com o aumento na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), com a cobrança de imposto sobre os combustíveis, energia elétrica, minerais, transportes e comunicação; participará dos 21,5% da arrecadação do Imposto de Renda destinados aos Estados e cobrará imposto sobre mercadorias e serviços.

## TRANSFERÊNCIAS

Ano	86	87	Abril/88
Saúde	Cz\$ 1,6 bi	Cz\$ 6,3 bi	Cz\$ 9,8 bi
Educação	Cz\$ 1,9 bi	Cz\$ 8 bi	Cz\$ 9,3 bi
Segurança	Cz\$ 1,1 bi	Cz\$ 3,2 bi	Cz\$ 3,1 bi
Outras	Cz\$ 3,1 bi	Cz\$ 10,6 bi	Cz\$ 16,4 bi
Totais	Cz\$ 7,7 bi	Cz\$ 28,1 bi	Cz\$ 38,4 bi

+ Dados fornecidos pela Secretaria de Finanças do DF

## Coligações farão candidatos

Os favoritos num pleito a ocupar o Palácio do Buriti não disputarão o mandato tampão. Segundo pesquisas de opinião pública, realizadas no ano passado, encabeçavam a lista dos preferidos ao cargo de governador do DF o senador Maurício Corrêa (PDT), que teve 197.637 votos nas eleições de 1986 e o deputado Valmir Campelo (PFL), que teve cacife eleitoral no último pleito de 46.189 mil votos.

Os dois anos de mandato são considerados pelos dois tempo insuficiente para a realização de um governo que atenda à necessidade de mudanças que precisam ser

realizadas em Brasília. A saída dos favoritos facilita a execução de uma coligação de direita — que seria formada pelo PFL, PL, PDC, PSC, — e, uma coalizão de esquerda, — que é defendida pelo PCB, PC do B, PDT e PSB.

O PT é o único partido a se recusar a participar de uma coligação de esquerda e já tem candidato escolhido à disputa do pleito — o professor Lauro Campos que não foi eleito senador em 1986, apesar de contar com 135 mil votos. Esta agremiação só admitira a hipótese de coligação no segundo turno da eleição.

## Quem fala pela Presidência?

O ex-deputado pelo PMDB de Rondônia, Múcio Athayde, secretário-geral do PMDB, afirma que esteve com o presidente José Sarney e que ele "é favorável" às eleições diretas em Brasília este ano. Segundo o secretário-geral do PMDB, o Presidente não interferirá na votação das eleições diretas do

DF, já que as considera "uma reivindicação popular". Esta informação é desmentida, em parte, pelo deputado Jofran Frejat (PFL), que também afirma que esteve com o Presidente e que ele é "em tese contrário" à realização de eleições em Brasília este ano, mas que não influenciará na decisão da Constituinte a respeito.